

CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA EM CAMPINAS

Marcio TANGERINO*

RESUMO

Estuda o reflexo do Concílio Vaticano II na ação pastoral da Igreja em Campinas, destacando a relação entre fé e política, a organização participativa da Igreja em suas estruturas, suas tensões e suas efetivas contribuições à sociedade denotativas de sua missão no mundo.

Palavras Chaves: Concílio Vaticano, Campinas, ação pastoral.

SUMMARY

It studies the consequence of Vatican Concílio II in the pastoral action of the Church in Campinas, detaching the relation between faith and politics, the participativa organization of the Church in its structures, its tensions and its effective denotativas contributions to the society of its mission in the world.

Words Keys: *I conciliate the Vatican, Campinas, pastoral action.*

1- O Vaticano II: um pouco de seu significado.

Já é senso comum que o Concílio Vaticano II representou um marco na história da Igreja Católica Apostólica Romana. Porém, é difícil dimensionar seus reais

efeitos sobre as igrejas particulares nas diversas partes do mundo.

Primeiro porque as dioceses como circunscrições jurídicas eclesiais não acompanham *pari passu* as mudanças decididas por Roma, nem, tampouco, as paróquias acompanham o ritmo e decisões de um bispo diocesano.

* Professor da Faculdade de Teologia da PUC-Campinas.

Segundo porque, de uma certa forma, algumas experiências pastorais de algumas dioceses no Brasil anteciparam e muito influenciaram nas decisões que posteriormente foram tomadas no Concílio.

De qualquer forma, para o nosso trabalho aqui, pensando nos efeitos práticos que as resoluções conciliares provocaram na Arquidiocese de Campinas, pensamos que o Concílio pode ser pensado tanto como ponto de chegada - a partir das experiências mais inovadoras da Igreja no Brasil no final da década de 1940 e nos anos posteriores - como também ponto de partida de mudanças que se concretizaram nas décadas seguintes.

O que é certo é que não podemos pensar de forma linear em uma Igreja antes do Concílio e uma Igreja pós conciliar, como se este representasse uma ruptura com o passado e a inauguração de uma nova era.

O Concílio Vaticano II é significativo, primeiramente, por se inserir no interior de um processo como ponto de chegada que consagra idéias e práticas que “fermentavam” no interior da Igreja Católica; e como ponto de partida de novas idéias e práticas que alcançavam sobretudo a(s) classe(s) média(s) dos países capitalistas europeus (BENEDETTI: 2000, 59).

Na Europa a instituição passava por uma forte crise de credibilidade, tendo como uma das causas sua dubiedade nas relações com o nazifacismo, a hesitação em condená-lo. O pós-guerra havia deixado profundas feridas no velho continente e a desesperança era uma marca perceptível na população de diversos países ao ver do que era capaz de fazer o ser humano. Os campos de concentração haviam sido facetas da crueldade e da barbárie.

Por outro lado, o Estado de Bem Estar Social, alavancou o crescimento econômico das nações capitalistas, reconstruindo o que a guerra havia destruído. A marca da industrialização e do progresso, o crescimento do emprego e o aumento das riquezas que propiciavam o conforto material geravam novas expectativas, fazendo também a Igreja a acreditar numa possível solução dos grandes problemas da humanidade.

É neste contexto que a Igreja Católica abre o diálogo com o mundo moderno, diálogo ao qual havia se recusado

no Concílio Vaticano I, condenando-o, mas, que agora, se impunha como condição de sua credibilidade, um *aggiornamento* necessário dado que o anacronismo envelhecera suas pesadas estruturas.

Nesta situação ela se põe a pensar sobre suas verdades, sobre seu papel e sua missão no mundo, deixa emergir seus conflitos explícitos e os que estavam latentes, interroga-se sobre o significado de suas teologias em abertura às ciências, repensa a liturgia e a estrutura organizacional. Isso possibilitou avanços significativos bem como uma recusa e apego às tradições. Daí que até os dias atuais são feitas múltiplas, díspares e contraditórias interpretações do Concílio. (Cf. MELLONI: 2005, 34-59)

2- Campinas: uma realidade que desafia a Igreja Católica

Aceitando a afirmação de Benedetti de que na Ação Católica em Campinas, tanto a JOC como a JUC, estavam voltadas mais para o campo religioso tradicional do que para uma atuação política mais consistente, diferenciando-se assim de outras partes do Brasil (Cf. BENEDETTI: 2000, 68), como também as evidências de sua pesquisa de campo mostrando o conservadorismo da Igreja local, seu apego a tradição, a luta pela manutenção do monopólio religioso e o anticomunismo militante (Cf. BENEDETTI: 2000, 59-79), tanto este autor quanto Luiz Carlos Santana, mostram como a Igreja, de uma certa forma, foi afetada pelo desenvolvimento urbano industrial da cidade de Campinas e região (Cf. SANTANA: 1988, 1-39).

A inauguração da Rodovia Anhanguera em 1950, a entrada de multinacionais como Robert Bosch, IBM, Mercedes Benz, Singer, entre outras, mais a inauguração do Aeroporto de Viracopos no início dos anos 60, tornaram a cidade de Campinas pólo industrial de destaque na região sudeste.

Esta realidade traz para a região levas de migrantes que farão a cidade crescer rápida e desordenadamente, multiplicando os problemas sociais e desafiando a Igreja Católica local (cf. TANGERINO: 1998, 17-25). A população que era de 129.364 em 1950 salta para 219.303 em 1960 e, depois, vai para 375.864 em 1970. As vilas planejadas do BNH construídas a partir da 2ª metade dos anos de 1960 e durante a década de 1970 visavam exatamente resolver o problema de moradia da população.

A Igreja de Campinas sentiu-se desafiada por esta realidade. A sobrevivência da instituição em competição com outros credos religiosos fez com que a mesma começasse a planejar sua ação pastoral. Luiz Carlos Santana afirma que foi exatamente este contexto socioeconômico que levou a Igreja a elaborar práticas pastorais planejadas (Cf. SANTANA, 1988, 24). O padre Celso Queiroz, naquele momento, apontava que da mesma forma que as vilas são planejadas, a pastoral também deveria ser e não escondia a preocupação com as múltiplas práticas religiosas dos moradores dessas vilas (Cf. QUEIROZ: 1968, 8).

3- O Vaticano II e seus efeitos sobre a Igreja de Campinas

Como afirmamos no início é difícil definir contornos e estabelecer exatamente o alcance e a amplitude das reformas conciliares. Mas é certo que havia uma expectativa muito grande, um “espírito” de mudança se fazia presente. Na expressão do historiador:

Foi amadurecendo lenta e quase insensivelmente um clima difuso que predis pôs um grande número de bispos a ver o Vaticano II como uma ocasião singular de renovação da Igreja, na esteira das instâncias formuladas nas décadas mais recentes pelos movimentos litúrgico, bíblico, ecumênico, de refontalização e sob o acossamento da secularização das sociedades (ALBERIGO: 2005, 9).

Ou na fala do teólogo:

O que é grande no Vaticano II é justamente que, pela primeira vez e de maneira oficial, se reconhece a situação, proclamando a necessidade de um *aggiornamento* e legitimando por isso os esforços para alcançá-lo. Esse é seu gesto indelével (QUEIRUGA: 2005, 22).

O processo como um todo, desde a convocação de Concílio em 1959, pelo papa João XXIII, o início das sessões em 1962 até o término em 1965, já no pontificado de Paulo VI, não foi isento de contradições, disputas e conflitos. Contudo, quando as resoluções conciliares ganharam a forma documental, tornaram-se a referência necessária para todas as ações das igrejas locais mundo afora. Por mais ambíguas que fossem as interpretações, por mais que

fossem utilizadas para legitimar práticas diversas ou contraditórias, não havia como se furtar à referência ao Vaticano II.

O Concílio introduziu novidades teológicas importantes como a Igreja sendo todo o povo de Deus (L. G. capítulo II) e o sacerdócio comum dos fiéis (L. G. n° 10 § 28) e, ainda que tenha tido como interlocutor fundamental as populações de países de primeiro mundo, sobretudo pela grande preocupação demonstrada com o ateísmo e com a secularização da sociedade, não deixou de tocar nos problemas inerentes ao desenvolvimento econômico das nações, suas contradições, divisões, entre outras.

O gênero humano nunca dispôs de tantas riquezas, possibilidades e poder econômico. No entanto, ainda uma parte considerável padece fome e miséria e inúmeros são analfabetos. Os homens nunca tiveram um sentido de liberdade tão agudo como hoje, mas ao mesmo tempo, aparecem novas formas de escravidão social e psíquica. Enquanto o mundo percebe tão vivamente sua unidade e mútua dependência de todos numa necessária solidariedade, e ei-lo contudo gravemente dividido em partidos opostos por forças que lutam entre si. Com efeito, agudas dissensões políticas, sociais, econômicas, raciais e ideológicas continuam. E nem falta o perigo de uma capaz de destruir tudo até o fim... (G. S. n° 208).

Em Campinas, apesar das resistências e as inevitáveis marcas da continuidade na afirmação de Benedetti (2000) um processo paulatino de mudanças vai ocorrendo, seja porque algumas já estavam em andamento no início do Vaticano II, através do Movimento para um Mundo Melhor (MMM)¹ seja porque a realidade, descrita acima, desafiava a Igreja a responder os problemas de um mundo urbano e industrial.

No último ano do Concílio, 1965, os bispos brasileiros, em Roma, fazem sua 7ª assembléia e elaboram o Plano de Pastoral de conjunto (PPC) com o intuito de “traduzir” para a realidade brasileira as resoluções conciliares. Também aqui as idéias de renovação e planejamento aparecem muito fortes, além da insistência na participação dos leigos na vida da Igreja.

Convém ainda lembrar que no Brasil já estávamos sob regime militar e que setores majoritários da Igreja

havia conferido apoio ao golpe de abril de 1964, e que os conflitos entre a hierarquia e a Ação Católica haviam levado a primeira a deslegitimar a segunda. Isso, teve um impacto momentâneo, mas que praticamente selou a sorte e a sobrevivência da Ação Católica no Brasil.

No entanto, à medida que o regime foi fechando, chegando ao ápice com a edição do AI5, em 1968, o que legitimou a repressão generalizada - que atingiu os setores organizados da sociedade civil e também a Igreja Católica - a hierarquia eclesiástica começa a endurecer suas críticas ao regime militar. Isso foi forjando uma unidade do episcopado brasileiro na condenação à ordem política vigente.

A II Conferência do Episcopado latino-americano realizada em Medellín, na Colômbia, em 1968 pretendeu ser uma “leitura” da realidade deste continente à luz das resoluções conciliares e, em certo sentido, foi mais que isto, dado que a situação socioeconômica, política e cultural daqui muito se diferenciava da realidade européia ou de países de primeiro mundo em geral. No documento conclusivo desta conferência aparecem como grandes novidades uma análise da realidade embasada na teoria da dependência, também a designada opção da Igreja pelos empobrecidos do continente e, no âmbito eclesiológico, as Comunidades Eclesiais de Base.

Além desses pontos chama-nos a atenção a parte 15 do documento intitulada Pastoral de Conjunto. Ali, no parágrafo 34, encontramos:

A Pastoral de Conjunto, levando em conta o movimento atual da Igreja na América Latina, além da já mencionada reforma de estrutura, exige:

- a) uma renovação pessoal, e
- b) uma ação pastoral devidamente planejada de acordo com o processo de desenvolvimento da América Latina (Conclusões da Conferência de Medellín - 1968).

Em seguida, no parágrafo 36, encontramos:

Uma ação pastoral planejada exige:

- a) Estudo da realidade local, com a colaboração técnica de organismos e pessoas especializadas.
- b) Reflexão teológica sobre a realidade.
- c) Levantamento e ordenação dos elementos humanos disponíveis e dos materiais de trabalho;

o pessoal especializado deve se preparar nos diversos institutos nacionais ou latino-americanos.

d) Determinação das prioridades de ação.

e) Elaboração do plano pastoral. Para tal, devem ser seguidos os princípios técnicos e sérios de uma autêntica planificação, dentro de uma integração em planos de nível superior.

f) Avaliação periódica das realizações.

Ora, o que se percebe é que os documentos da Igreja Católica - Plano de Emergência para a Igreja do Brasil, 1962; Plano de Pastoral de Conjunto, 1965 -, ações como Movimento para um Mundo Melhor, a realização do Concílio Vaticano II, 1962-1965 e a Conferência de Medellín, 1968, todos, peculiaridades a parte, insistem na idéia de planejamento.

A marca insistentemente explicitada nestes documentos, no diálogo entre Igreja Católica e modernidade, é o planejamento. Definir objetivos a partir de uma cuidadosa análise da realidade, utilizar os meios adequados para se atingir determinados fins definindo-se as etapas da consecução do plano elaborado.

A modernização das estruturas e das ações da Igreja tinham como exemplos análogos as instituições empresariais e governamentais da sociedade contemporânea. Desafiada por um mundo em constante e progressivo movimento a hierarquia eclesiástica definiu o *aggiornamento* necessário para ser interlocutora respeitada nos países que se fazia presente.

O Concílio neste sentido deu eco às aspirações manifestadas em anos anteriores e depois serviu como ponto de referência da Igreja Católica como um todo nos desdobramentos posteriores. Se, como já afirmamos, não dá para falar de uma ruptura, de uma história da Igreja anterior e posterior ao Concílio, não é menos verdade que ele se tornou a referência, o legitimador das práticas socioeclesiais mais avançadas e, ao mesmo tempo, o impulsionador destas novas práticas.

4- A Igreja de Campinas e o Planejamento da Pastoral

Primeiramente a Igreja de Campinas começou a ouvir falar de planejamento através do Movimento para um Mundo Melhor. Depois incorporou este discurso, já cristalizado nos principais documentos da Igreja Católica,

em 1968, através do Pe. Celso Queiróz, em referência à necessidade de se atender as demandas religiosas das Vilas Planejadas na cidade.

A Igreja adquiriu casas nestas Vilas e religiosas passaram a residir nas mesmas, oferecendo os serviços religiosos e, via de regra, assistência social aos carentes. Neste segundo caso, em conjunto com a prefeitura do município.

No início dos anos de 1970 a Igreja local, com a finalidade de conhecer melhor a sua realidade institucional e a realidade onde estava inserida, com a pretensão de realizar um Sínodo em 1973, resolve contratar uma empresa para realizar uma pesquisa de caráter revisional dos trabalhos da Igreja e conhecimento da realidade “intra” e “extra” Igreja. Os resultados desta pesquisa deveriam ser uma espécie de “radiografia” daquele momento socioeconômico e eclesial e ponto de partida para os trabalhos posteriores (cf. SANTANA: 1988, 31-2).

Contudo, as resoluções desta pesquisa não agradaram às autoridades eclesiásticas da Arquidiocese de Campinas pois, ali, constatava-se que novas funções e organismos não alteravam a estrutura centrípeta e piramidal da Igreja, na qual os leigos ainda permaneciam em posição subordinada e que suas organizações e grupos eram incapazes de alterar a ordem das coisas (Cf. RENOV: 1972, p. 28).

O sonho da realização do Sínodo foi postergado. As ilações feitas por uma comissão teológica especialmente constituída para a análise da pesquisa discordava parcialmente de seus resultados mas destacou alguns pontos que embasariam os trabalhos posteriores:

- Esquema de Igreja Piramidal, vertical;
- Estrutura eclesial com liderança formal;
- Ausência do leigo como sujeito participante;
- Não presença da Igreja no mundo².

Na verdade as constatações da pesquisa eram duras, realistas demais, daí seu impacto. Isso, porém, colocou a Igreja de Campinas em movimento, no sentido

de alterar sua rota, dando maior espaço à participação dos leigos, e por conta de sua proximidade com os problemas das populações periféricas foi se deixando penetrar pelos desafios que a realidade local impunha.

A criação do Conselho Arquidiocesano de Pastoral em 15 de agosto de 1973 pelo arcebispo D. Antonio Maria Alves Siqueira, constituído por 31 leigos, 19 padres e 9 religiosas, ainda que não tivesse função decisória mas consultiva ampliava os canais de participação dos leigos (cf. TANGERINO: 1998, 32).

A multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a criação da Pastoral Operária, entre outros, mais as atividades descritas acima nas Vilas Planejadas do BNH, foram dando uma feição mais popular à Igreja e, ao mesmo tempo, ainda que de forma pouco incisiva, mesclava a responsabilidade pelos trabalhos pastorais entre leigos, religiosas e padres.

Em todos estes trabalhos a preocupação com o planejamento das ações se faziam presentes. O método ver-julgar-agir proveniente da Ação Católica Brasileira (ACB) era o mais utilizado. A uma análise da realidade se seguia um julgamento da mesma tendo como critério os fundamentos bíblicos (uma nova teologia que se estruturava) e os documentos oficiais da Igreja - incluído aqui sobretudo o Vaticano II - e daí se definia o plano de ações.

Neste contexto, a Igreja de Campinas começava a elaborar os denominados Planos de Pastoral. No período que vai de 1975 a 1984 três planos foram feitos e serviram como referência fundamental para a ação pastoral da arquidiocese (1º Plano de Pastoral: 1975-1976; 2º Plano de Pastoral: 1977-1979; 3º Plano de Pastoral: 1980-1984).

Nestes planos nos quais as prioridades pastorais eram escolhidas e votadas em assembleias, observa-se um deslocamento paulatino da Igreja em direção às pastorais populares. As CEBs vão se fortalecendo bem como a Pastoral do Mundo do Trabalho, até se chegar no 3º Plano e explicitar o apoio aos movimentos populares e socialização dos bens da Igreja.

Em relação a este último Plano de Pastoral, é interessante lembrar que em âmbito eclesial estávamos no início do pontificado do papa João Paulo II e que já havia

² Campinas era um pólo irradiador do MMM. Este movimento que tinha no Brasil o pe. José Marins como responsável pretendia, entre outras coisas, renovar as estruturas da Igreja a partir dos leigos, do clero e dos organismos pastorais. A renovação paroquial deveria ser pautada por planejamento científico. TEIXEIRA: 1988, 112

sido realizada, no início de 1979, em Puebla, no México, a 3ª Conferência do Episcopado da América Latina, da qual redundou o documento *A evangelização no presente e no futuro da América Latina: Conclusões de Puebla*. Em relação ao papa as marcas de seu conservadorismo ainda não haviam se delineado. No tocante à Conferência de Puebla, senão no conteúdo do documento, mas pelo menos na interpretação, via-se a continuidade das decisões emanadas do Concílio e da Conferência de Medellín.

O 3º Plano de Pastoral fez emergir as divergências existentes na Igreja de Campinas. Os padres ligados às pastorais mais tradicionais, vinculados à estrutura paroquial e aos movimentos típicos de classe média, se indispuseram contra o Plano e começaram a acusar os padres ligados às pastorais populares de exercerem uma coordenação paralela.

O saldo destas querelas foi, em 1983, a paroquialização das Comunidades Eclesiais de Base por parte do arcebispo D. Gilberto Pereira Lopes, e depois a mudança na forma do planejamento pastoral, que desse menos espaço para a explicitação dos conflitos.

5- O Vaticano II, os cristãos e a política na Igreja de Campinas:

Não custa lembrar que este movimento da Igreja Católica em direção as classes populares não foi homogêneo, desprovido de contradições internas, linear. Ao contrário, foi um caminho cheio de percalços, conflitivo, com divergências públicas - em alguns momentos -, dos vários setores da instituição.

Sob o regime militar, o qual de início havia apoiado, exceção seja feita a uma minoria de bispos e padres (cf. TANGERINO: 1997, 103-104 e MAINWARING: 1989, 103-105) a Igreja vai passar por um processo de politização exógena, expressão utilizada por Benedetti para definir as atitudes de bispos e padres e também conteúdos considerados progressistas de alguns documentos da Igreja:

A sua força vinha muito menos de seu conteúdo que das circunstâncias políticas do país. Num regime politicamente fechado, a significação política de gestos, discursos, pronunciamentos - que em época de normalidade política soariam como

rotineiros e banais - torna-se exagerada. Acrescenta-se a isso o fato de provirem da Igreja, cujo discurso oficial, via de regra, é manutenção da ordem vigente (BENEDETTI: 2000, 287).

Ainda que em minha opinião isso não explique por completo o “deslizamento” de setores da Igreja em direção às classes populares, não tenho dúvidas em afirmar que muito da força desses setores, inclusive sua hegemonia no interior da instituição, se deu por conta de uma conjuntura específica - a repressão do aparelho do Estado sobre a sociedade civil organizada - e que a medida que o regime militar foi se liberalizando e o pontificado de João Paulo II foi traçando sua rota, contendo as pastorais populares, cerceando a Teologia da Libertação, aprovando um novo Código de Direito Canônico, entre outros, a Igreja do Brasil refluuiu.

Durante a década de 1970, além da participação nas CEBs, Pastoral Operária, Comissão Pastoral da Terra, os cristãos católicos também marcaram presença em outros movimentos sociais, oposição sindical e, na esfera da política partidária ajudaram a constituir um núcleo popular dentro do partido de oposição, o MDB.

Contudo, foi só na abertura política, durante o governo do presidente João Batista Figueiredo, o último do regime militar, que os cristãos de Campinas e região, a exemplo de outras localidades do Brasil, se colocaram mais fortemente a questão da participação na política partidária. Como já o demonstramos noutro trabalho (cf. TANGERINO: 1998, 47-48), a participação dos cristãos na política, num primeiro momento, logo após a promulgação da Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos, foi um tanto dispersa. Posteriormente, com a ampliação e fortalecimento, do Partido dos Trabalhadores (PT), este se tornou o partido de preferência dos cristãos ligados à Igreja Popular.

Para legitimar sua opção pela política partidária os cristãos buscavam nos documentos da Igreja textos indicativos para esta opção. Começando pelo documentos do Concílio vejamos alguns:

É plenamente consentâneo com a natureza humana que se encontrem estruturas jurídico-políticas, que ofereçam sempre melhor e sem nenhuma discriminação a todos os cidadãos a possibilidade efetiva de participar livre e ativamente tanto no

estabelecimento dos fundamentos jurídicos da comunidade política como na gestão dos negócios públicos, na determinação do campo de ação e dos fins das várias instituições, como na eleição dos governantes. Lembrem-se portanto todos os cidadãos ao mesmo tempo do direito e do dever de usar livremente seu voto para promover o bem comum. A Igreja considera digno de louvor e consideração o trabalho daqueles que se dedicam ao bem da coisa pública a serviço dos homens e assumem os trabalhos deste cargo.

(....)

Além disso com empenho se deve cuidar da educação civil e política, hoje muito necessária tanto para o povo como sobretudo para a juventude a fim de que todos os cidadãos possam desempenhar seu papel na vida da comunidade política. Os que são idôneos ou possam tornar-se para exercer a difícil e ao mesmo tempo nobilíssima arte política, preparem-se para ela e procurem exercê-la, esquecidos do proveito próprio e de vantagens materiais. Pela integridade e com prudência, lutem contra a injustiça e a opressão, ou o absolutismo e a intolerância, seja dum homem ou dum partido político; dediquem-se, porém ao bem de todos com sinceridade e retidão, bem mais, com o amor e a coragem exigidos pela política (GAUDIUM ET SPES nº 75).

Na primeira parte do Documento de Medellín denominada Promoção humana, no item justiça, sub-item projeções de Pastoral Social, encontramos um texto sobre a reforma política, nº 16, 3º §:

A carência de uma consciência política em nossos países torna imprescindível a ação educadora da Igreja, com vistas a que os cristãos considerem sua participação na vida política da nação como um dever de consciência e como exercício da caridade em seu sentido mais nobre e eficaz para a vida da comunidade.

Estes textos referenciais foram seguidos por muitos outros produzidos pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Os documentos do Concílio Vaticano II,

via de regra, serviam como base para a leitura de outros documentos com indicações mais precisas, como, por exemplo, estas do Documento de Puebla:

A fé cristã não despreza a atividade política; pelo contrário, a valoriza e a tem em alta estima (nº 514).

A política partidarista é o campo próprio dos leigos.

Corresponde à sua condição leiga constituir e organizar partidos políticos, com ideologia e estratégia adequada para alcançar seus legítimos fins (nº 524).

Além dos documentos oficiais da Igreja buscava-se fundamentação nos textos bíblicos: o compromisso de Jesus com os pobres e com a transformação das estruturas sociais, a prática comunal da Igreja primitiva, a fala incisiva dos profetas contra os reis que subjugaram o povo judeu, ou ainda a experiência exodal na linha da constituição de uma nova sociedade.

Assim, em Campinas, a presença dos cristãos na política partidária tornou-se fato importante. Como também foi importante a participação dos mesmos em chapas de oposição sindical, em direções de sindicatos, na fundação de sindicatos de novas categorias de trabalhadores, na criação da Central Única dos Trabalhadores, entre outros.

Dentro do Partido dos Trabalhadores, com uma prática política diferenciada, que não é o caso analisarmos agora, os cristãos da Igreja Católica de Campinas desde 1986, vem elegendo vereadores, depois deputados e, nas eleições municipais de 2000 elegeram a vice-prefeita - que após o assassinato do prefeito em 2001, tornou-se a prefeita.

O que ocorreu em Campinas e em cidades da região onde pessoas oriundas da Igreja Popular assumiram cargos públicos como vereadores, deputados, prefeitos, não foi diferente de outras partes do Brasil. A prática política fez evidenciar os conflitos sociais, as diferentes visões de mundo, interesses diferenciados das várias classes sociais presentes no interior da Igreja Católica.

Exatamente por isso, mas não exclusivamente, o retrocesso da política institucional da Igreja Católica sob o pontificado de João Paulo II, encontrou ressonância no interior da Igreja do Brasil e da Arquidiocese de Campinas, tornando a instituição mais cuidadosa e refratária ao envolvimento com a política partidária. O que não quer dizer que isto tenha deixado de existir.

Concluindo, acreditamos que o Concílio Vaticano II legitimou e impulsionou as novas práticas pastorais que vinham ocorrendo no Brasil desde a década de 1950. Abriu as portas para uma nova compreensão da missão dos cristãos e da Igreja no mundo. Tornou a instituição permeável ao diálogo com o mundo moderno, mais sensível aos problemas econômico-sociais dos povos do 3º mundo, menos intransigente com a reflexão teológica (sem esquecer as punições sofridas por teólogos no último pontificado).

E hoje, mais do que no passado recente, os documentos conciliares parecem estar pulsando, e não falta quem lute para ver a plena realização de seus objetivos, ao contrário daqueles que propugnam por um novo Concílio.

Referências bibliográficas

ALBERIGO, Giuseppe. "O Vaticano II e sua história". In *Concilium: Revista Internacional de Teologia*. nº 312, 2005/4, p. 07 - 19.

BENEDETTI, Luiz Roberto. *Templo, praça, coração: A articulação do campo religioso católico*. São Paulo: Humanitas Publicações e FFLCH/USP - CER, 2000.

CELAM. A evangelização no presente e no futuro da América Latina. Conclusões de Puebla. São Paulo: Loyola, 1979.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. Petrópolis, Vozes, 1978.

CONCLUSÕES DA CONFERÊNCIA DE MEDELLÍN, 1968: Trinta anos depois, Medellín é ainda atual? Texto Oficial. São Paulo: Paulinas, 1998.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil: 1916 - 1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MELLONI, Alberto. "O que foi o Vaticano II? Breve Guia para os juízos sobre o concílio". In *Concilium: Revista internacional de Teologia*. nº 312, 2005/4, p. 34 - 59.

QUEIROZ, Celso. "Planejamento Pastoral". In Boletim Informativo *Encontro*, ano I - março de 1968, nº 1. Secretariado Diocesano de Pastoral, Campinas.

QUEIRUGA, Andrés Torres. "O Vaticano II e a Teologia". In *Concilium: Revista internacional de Teologia*. nº 312, 2005/4, p. 20 - 33.

REFLEXÃO da Comissão Teológica da Revisão Pré-Sinodal sobre a pesquisa realizada na Arquidiocese. 17/18 de abril de 1972. Arquivo da Diocese.

RENOV. "Pesquisa Sociológica para fins de Planejamento Pastoral". Coordenação de Maria N. Mascelani, mimeo., *Arquivo da Arquidiocese de Campinas*, 1972.

SANTANA, Luiz Carlos. *Da gestação à crise de uma "caminhada" - As comunidades eclesiais de base na Igreja de Campinas: pastoral, pedagogia e política (1968 - 1984)*. Campinas, UNICAMP, Faculdade de Educação, 1988, mimeo.

TANGERINO, Márcio R. P. *A política na Igreja do Brasil*. Campinas, SP.: Editora Alínea, 1997.

_____. *Os impasses da prática política da Igreja Popular*. Campinas, SP., Editora Alínea, 1998.

TEIXEIRA, Faustino Luiz C. *A Gênese das CEBs no Brasil - Elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988.